Ano XXIV nº 6242 – 17 de fevereiro de 2020 Justiça mantém liminar que suspende o início da reestruturação na Caixa

A Caixa Econômica Federal recorreu, mas a Justiça manteve a liminar que estabeleceu a suspensão da reestruturação pretendida pelo banco, propiciando mais prazo para que o tema seja discutido e esclarecido aos empregados. A liminar havia sido concedida a pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e sua nulidade foi indeferida nesta sexta-feira (14) pelo juiz Antonio Umberto de Souza Júnior, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região do Distrito Federal.

Na sentença, o magistrado esclarece que não vislumbra “motivo para modificar a decisão prolatada” porque a imposição de prazo razoável (para a reestruturação) serviu ao propósito de assegurar “tranquilidade, pleno conhecimento e consciência” aos trabalhadores. Para a representante dos empregados no Conselho de Administração da Empresa, Rita Serrano, é sensato e necessário o estabelecimento dessa pausa, pois há uma grande insegurança em relação às mudanças propostas para o setor de Varejo, que vem sendo chamado reestruturação.

A liminar obtida pela Contraf-CUT também respalda a necessidade de negociação com os sindicatos, que é garantida no acordo coletivo de trabalho (ACT) da categoria bancária.

Contraf-CUT participa de audiência pública da Comissão Mista sobre MP 905

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) participou, na última quinta-feira (13/2), de audiência pública da Comissão Mista da Medida Provisória 905/2019 (MP da Carteira Verde e Amarela) do Congresso Nacional, criada para emitir um parecer sobre a MP.

A Contraf-CUT foi representada pelo seu vice-presidente, Vinícius de Assumpção Silva, que apresentou uma série de pontos nos quais a MP ataca os direitos dos trabalhadores e suas entidades representativas.

Para o vice-presidente da Contraf-CUT, o processo de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) precisa servir de exemplo. “Quando tira da mesa de negociação e cria o processo de comissões de empresa, tira o papel fundamental e constitucional dos sindicatos, que é o de negociação. Está na Constituição federal e a MP tira isso. E qual o intuito disso? O intuito é esvaziar as entidades sindicais, a quem o atual governo vê como inimigo político, por não concordar com as ações que estão sendo tomadas contra a classe trabalhadora. O papel dos sindicatos é defender os interesses da classe trabalhadora”, alertou.

Assumpção garantiu que a Confederação está acompanhando todo o processo. “Nós queremos reafirmar nosso compromisso público, de respeitar o processo negocial. Tudo o que nós bancários negociarmos em mesa de negociação, por nós será respeitado. Por isso, esperamos que essa Casa tenha um bom senso de avaliar o processo de livre negociação, que o Estado não tenha interferência, para que a gente possa ter alguma segurança jurídica para proteger os direitos da classe trabalhadora”, finalizou.